
Relatório Trimestral de Atividades

2º Trimestre de 2015



© TCEES, 2015

E77p Espírito Santo. Tribunal de Contas do Estado.

Relatório Trimestral de Atividades: 2015 / Tribunal de Contas do Estado.

Vitória/ES: TCEES, 2015.

33p.

1. Tribunal de Contas-Espírito Santo (E) - Relatório Trimestral de Atividades: 2015.

I. Título.

(341.38509815206)

Catálogo pela Biblioteca do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo
Rua José Alexandre Buaiz, 157, Enseada do Suã, Vitória, ES, CEP 29950-913
Telefone (27) 3334-7600
www.tce.es.gov.br

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CORPO DELIBERATIVO

Presidente

Domingos Augusto Taufner

Vice-Presidente

Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun

Corregedor

Sérgio Aboudib Ferreira Pinto

Ouvidor

José Antonio Almeida Pimentel

Conselheiros

Sebastião Carlos Ranna de Macedo

Sérgio Manoel Nader Borges

AUDITORES SUBSTITUTOS DE CONSELHEIROS

Márcia Jaccoud Freitas

João Luiz Cotta Lovatti

Marco Antônio da Silva

Eduardo Perez

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS

Procurador Geral

Luís Henrique Anastácio da Silva

Procuradores de Contas

Luciano Vieira

Heron Carlos Gomes de Oliveira

DIRETOR-GERAL DE SECRETARIA

Romário Figueiredo

SECRETÁRIO-GERAL DAS SESSÕES

Odilson Souza Barbosa Junior

SECRETÁRIO-GERAL DE CONTROLE EXTERNO

Rodrigo Lubiana Zanotti

SECRETÁRIO-GERAL ADMINISTRATIVO

Jonas Suave

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

NEGÓCIO

Controle Externo

MISSÃO

Orientar e controlar a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade

VISÃO

Ser instituição de excelência na orientação e no controle da gestão dos recursos públicos até 2015

VALORES

Profissionalismo

Equidade

Ética e Transparência

Excelência de Desempenho

Responsabilidade Sustentável

APRESENTAÇÃO

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em cumprimento ao disposto no art. 71, § 4º, da Constituição Estadual, apresenta o seu Relatório Trimestral de Atividades, referente ao 2º trimestre de 2015.

Dentre as ações realizadas pelo TCEES nesse 2º trimestre, podemos destacar:

- *Reunião da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon), do Instituto Brasileiro de Auditoria em Obras Públicas (Ibraop) e membros dos Tribunais de Contas para discussão de estratégias para aperfeiçoamento do controle.*
- *A contratação da Fundação Dom Cabral para a realização do Planejamento Estratégico 2016-2020 do TCEES.*
- *Aplicação do questionário do MMD-QATC, ferramenta de autoavaliação desenvolvida pela Atricon, com o objetivo de se medir o desempenho do TCEES comparativamente às boas práticas internacionais e às diretrizes estabelecidas pela Atricon.*

Sempre tendo em vista a excelência no desempenho de suas obrigações, com foco na sua missão e visão, o TCEES executou importantes ações no 2º trimestre de 2015, com o objetivo de aprimorar a sua atuação enquanto órgão fiscalizador e orientador, contemplando ações plenamente efetivas e consoantes aos anseios sociais.

Este relatório apresenta os principais resultados da atuação do TCEES, tanto na área do controle da gestão pública, quanto na área administrativa. As informações nele disponibilizadas foram consolidadas pelo Núcleo de Planejamento e Projetos – NPP, a partir dos dados enviados pelas respectivas unidades.

Vitória, 27 de agosto de 2015

Conselheiro **Domingos Augusto Taufner**
Presidente

SUMÁRIO

COMPETÊNCIA E JURISDIÇÃO DO TCEES	7
AÇÕES DE DESTAQUE NO TRIMESTRE.....	8
ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO.....	9
3.1 PRINCIPAIS RESULTADOS NO TRIMESTRE	9
3.2 AÇÕES DO PLENÁRIO	10
3.3 AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO	17
3.4 COMISSÕES TÉCNICAS INSTITUÍDAS	19
ATIVIDADES DE GESTÃO	20
4.1 GESTÃO DE PESSOAS	20
4.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	21
4.3 SERVIÇOS GERAIS.....	23
4.4 GESTÃO DOCUMENTAL	24
4.5 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	24
4.6 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	26
4.7 CONTROLE INTERNO.....	27
4.8 GESTÃO DA ESTRATÉGIA.....	28
MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TC	29
CORREGEDORIA	30
OUVIDORIA.....	31
ANEXOS	32

COMPETÊNCIA E JURISDIÇÃO DO TCEES

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), criado por meio da Lei nº 1.287/1957, tem a missão constitucional de orientar e controlar a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Ao Tribunal compete atuar na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, municípios e das entidades da administração direta e indireta, quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade.

É seu papel auxiliar a Assembleia Legislativa e Câmaras Municipais nos procedimentos de controle externo da gestão pública, sem que haja qualquer subordinação ou poder hierárquico entre os órgãos. Suas atribuições são fixadas no artigo 71 da Constituição Federal de 1988, no artigo 71 da Constituição Estadual de 1989 e na Lei Complementar 621/2012.

Qualquer pessoa, física ou jurídica, e qualquer entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores públicos, relativos a recursos públicos estaduais e municipais, estão obrigadas a lhe prestar contas.

Convém citar a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que ratifica as competências do Tribunal em fiscalizar o cumprimento das normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase no que se refere ao cumprimento, pelo Estado e municípios, dos limites das despesas com pessoal, dos limites e condições para realização de operações de crédito, inscrição em restos a pagar e a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos e outros.

Com sede em Vitória e jurisdição em todo o território do Estado do Espírito Santo, compõe-se de sete conselheiros, quatro auditores, três procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e quadro próprio de servidores para cumprir finalidades de apoio técnico e administrativo.

AÇÕES DE DESTAQUE NO TRIMESTRE

SOCIEDADE

- ✓ Realização de palestra “15 anos de LRF – Desafios e perspectivas”. A palestra, realizada em 29 de junho, teve como objetivo ampliar a compreensão e aplicação dos princípios e regras a Lei Complementar nº 101/2000.

RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS

- ✓ O Presidente do TCEES foi palestrante do III Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável. O evento, promovido pela Frente Nacional de Prefeitos, foi realizado em Brasília entre os dias 07 e 09 de abril.
- ✓ Membros da diretoria da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon), conselheiros, auditores e dirigentes do Instituto Brasileiro de Auditoria em Obras Públicas se encontraram na sede do Tribunal de Contas do Espírito Santo para reunião acerca de estratégias para melhorar controle. Foi tratado o marco de medição de desempenho dos Tribunais de Contas, as ações da Rede Infocontas e a defesa das competências constitucionais dos Tribunais. A reunião ocorreu no último dia 24 de abril.

GESTÃO ESTRATÉGICA

- ✓ A Fundação Dom Cabral foi contratada para a realização do Planejamento Estratégico 2016-2020 deste Tribunal. Os trabalhos se iniciam no mês de julho de 2015 e concluem em outubro do mesmo ano.
- ✓ Aplicação do questionário do MMD-QATC, ferramenta de autoavaliação desenvolvida pela Atricon, de abrangência nacional, que viabiliza aos tribunais de contas do Brasil voluntariamente adesos medir o seu desempenho comparativamente às boas práticas internacionais e às diretrizes estabelecidas pela Atricon.

GESTÃO DE PESSOAS

- ✓ Visita técnica ao Tribunal de Contas de Mato Grosso. Alguns gestores realizaram a visita com o objetivo de conhecer as boas práticas daquela Corte no que se refere à gestão de pessoas, em especial ao tema Qualidade de Vida no Trabalho.

ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

3.1 PRINCIPAIS RESULTADOS NO TRIMESTRE

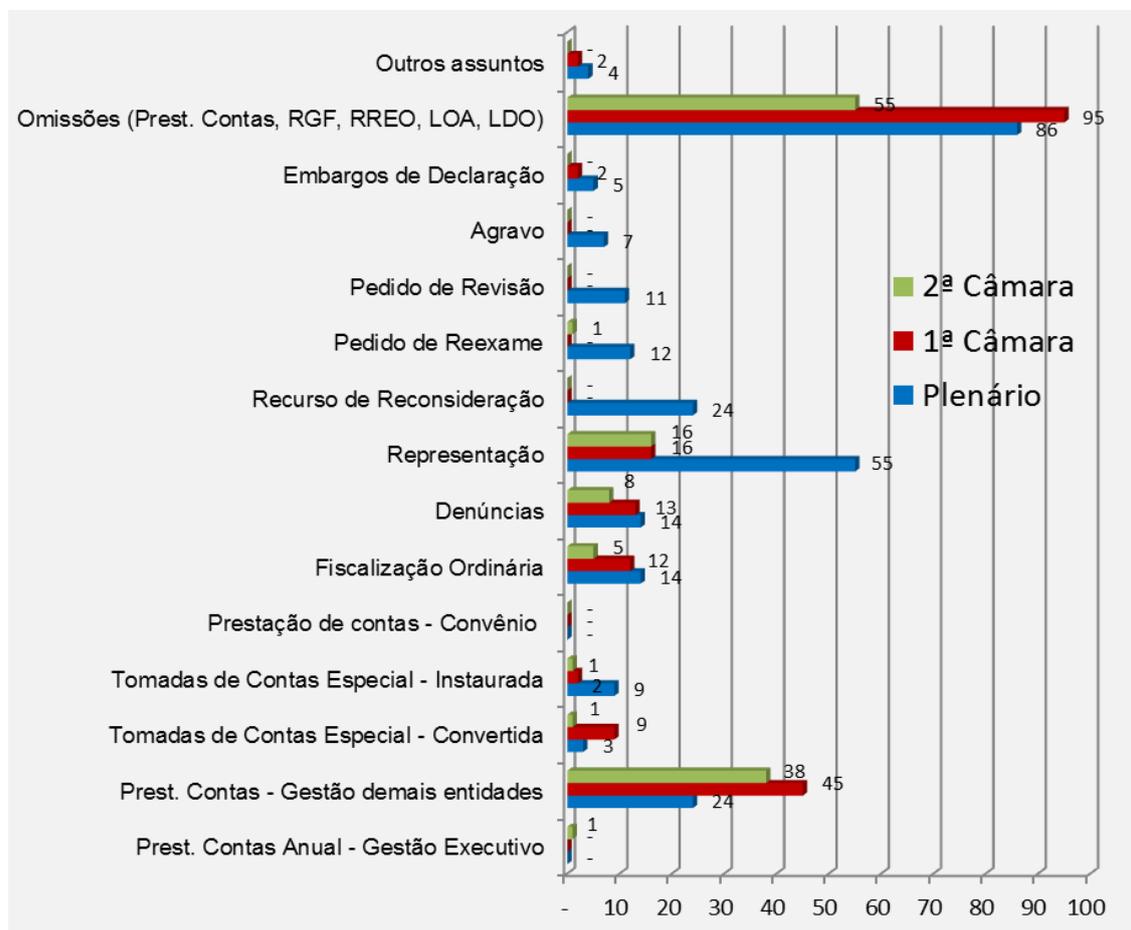
<i>Fiscalizações realizadas</i>	23
<i>Processos autuados no TCEES</i>	3.138
<i>Processos de pessoal do TCEES</i>	4
<i>Processos administrativos do TCEES</i>	115
<i>Processos de controle externo</i>	3.019
<i>Número de sessões realizadas</i>	37
<i>Número de Atos Normativos</i>	8
<i>Número de processos julgados ou apreciados</i>	619
<i>Número de Acórdãos</i>	590
<i>Número de Pareceres Prévios</i>	25
<i>Número de Pareceres Consulta</i>	4
<i>Número de Decisões</i>	2.532
<i>Multas com recolhimento aos cofres públicos estaduais (R\$)</i>	39.278
<i>Ressarcimentos com recolhimento aos cofres públicos (R\$)</i>	9.478
<i>Demandas atendidas pela Ouvidoria</i>	74

3.2 AÇÕES DO PLENÁRIO

O Plenário é constituído por sete Conselheiros e dirigido pelo Conselheiro-Presidente, que se reúnem em sessões plenárias para deliberações. Os atos deliberados pelo Plenário assumem a forma de resolução, parecer, parecer prévio, acórdão e decisão.

Atos do Plenário	2º trim 2014	2º trim 2015		
		Plenário	1ª Câmara	2ª Câmara
Sessões plenárias	37	13	12	12
Ordinárias	36	12	12	12
Extraordinária	-	-	-	-
Especial	-	-	-	-
Administrativa	1	1	-	-
Processos em pauta	3.294	940	-	-
Processos julgados ou apreciados	2.235	287	202	130
Chamamentos relativos a processos	608	2.505	-	-
Notificações	256	1.371	-	-
Citações	352	1.134	-	-

ACÓRDÃOS



Atos do Plenário	2º trim 2014	2º trim 2015		
		Plenário	1º Câmara	2º Câmara
Decisões	2.193	138	1.809	585
Acórdãos (*)	270	268	196	126
Pareceres prévios	30	15	6	4
Pareceres em consulta	3	4	-	-
Resoluções	4	4	-	-
Instruções normativas	-	1	-	-
Total	2.500	430	2.011	715

(*) Quantidade de acórdãos, mesmo que tenham mais de uma decisão.

JULGAMENTO CONCLUSIVO

Resultados dos Pareceres Prévios	2º trim 2014	2º trim 2015		
		Plenário	1º Câmara	2º Câmara
Prestação de Contas	27	5	6	4
Parecer pela aprovação	9	2	3	4
Parecer pela aprovação com ressalva	14	3	1	-
Parecer pela rejeição	4	-	2	-
Reformular parecer - aprovação	-	-	-	-
Reformular parecer - rejeição	-	-	-	-
Contas ilíquidáveis	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Recursos	3	10	-	-
Negar provimento - aprovação	-	-	-	-
Negar provimento - aprovação com ressalvas	-	1	-	-
Negar provimento - rejeição	-	1	-	-
Provimento - reformular parecer - aprovação	3	4	-	-
Provimento - reformular parecer - aprovação com ressalva	-	2	-	-
Provimento - anular parecer	-	-	-	-
Provimento - reformular parecer - rejeição	-	-	-	-
Provimento parcial - rejeição	-	2	-	-
Provimento parcial - aprovação	-	-	-	-
Não conhecer	-	-	-	-
Negar seguimento - excluir atos de gestão - aprovação	-	-	-	-
Negar seguimento - reformular p/ excluir irregularidades - rejeição	-	-	-	-
Perda do objeto	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Total	30	15	6	4

Resultados dos Acórdãos	2º trim 2014	2º trim 2015		
		Plenário	1ª Câmara	2ª Câmara
Prestação de Contas Anual – Gestão Executivo	-	-	-	1
Regular	-	-	-	1
Regular com ressalva	-	-	-	-
Irregular	-	-	-	-
Saneado	-	-	-	-
Quitação	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Prestação de Contas – Gestão demais entidades	124	24	45	39
Regular	96	15	29	30
Regular com ressalva	18	2	5	6
Irregular	7	3	10	2
Saneado	2	-	-	-
Quitação	-	-	-	-
Outros	1	4	1	1
Tomada de Contas Especial – Convertida	-	3	11	1
Regular	-	-	-	-
Regular com ressalva	-	-	2	-
Irregular	-	3	7	1
Saneado	-	-	2	-
Quitação	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Tomada de Contas Especial - Instaurada	-	10	2	1
Regular	-	-	-	-
Regular com ressalva	-	3	-	-
Irregular	-	4	-	-
Saneado	-	-	-	-
Quitação	-	-	-	-
Outros	-	3	2	1
Prestação de Contas - Convênio	10	-	-	-
Regular	2	-	-	-
Regular com ressalva	-	-	-	-
Irregular	2	-	-	-
Saneado	-	-	-	-
Quitação	-	-	-	-
Outros	6	-	-	-
Fiscalização Ordinária	17	14	12	5
Acolher razões de justificativa	-	8	1	1
Não acolher razões de justificativa com multa	-	1	4	1
Não acolher razões de justificativa sem multa	-	-	-	-
Outros	17	5	7	3
Denúncias	18	14	13	8
Procedente	-	1	4	2
Parcialmente procedente	2	3	2	1
Improcedente	4	3	3	1
Não conhecer	-	2	4	3
Outros	12	5	-	1
Representação	41	55	16	16

Resultados dos Acórdãos	2º trim 2014	2º trim 2015		
		Plenário	1ª Câmara	2ª Câmara
Procedente	5	14	6	2
Parcialmente procedente	4	5	-	-
Improcedente	14	15	4	4
Não conhecer	-	8	1	3
Outros	18	13	5	7
Recurso de Reconsideração	-	24	-	-
Provimento	-	12	-	-
Provimento parcial	-	3	-	-
Negado provimento	-	6	-	-
Não conhecer	-	1	-	-
Outros	-	2	-	-
Pedido de Reexame	-	12	-	1
Provimento	-	9	-	-
Provimento parcial	-	-	-	-
Negado provimento	-	2	-	-
Não conhecer	-	-	-	-
Outros	-	1	-	1
Pedido de Revisão	-	11	-	-
Provimento	-	1	-	-
Provimento parcial	-	1	-	-
Negado provimento	-	-	-	-
Não conhecer	-	7	-	-
Outros	-	2	-	-
Agravo	-	7	-	-
Provimento	-	-	-	-
Negado provimento	-	2	-	-
Não conhecer	-	5	-	-
Embargos de Declaração	-	5	2	-
Provimento	-	3	-	-
Negado provimento	-	1	2	-
Não conhecer	-	1	-	-
Outros assuntos	28	90	97	55
Regular	-	-	-	-
Irregular	-	-	-	-
Improcedente	-	-	-	-
Saneado da omissão	1	-	-	-
Procedência	1	-	-	-
Regular com ressalva	-	-	-	-
Arquivar	-	87	87	47
Multa	-	-	9	8
Tornar insubsistente acórdão	-	-	-	-
Tornar sem efeito acórdão	-	-	-	-
Anular acórdão	-	-	-	-
Extinção da obrigação	-	-	-	-
Extinção sem julgamento de mérito	-	1	-	-
Outros	26	2	1	-
Total	238	269	198	127

Resultado das Decisões	2º trim 2014	2º trim 2015		
		Plenário	1ª Câmara	2ª Câmara
Registro de pessoal	1.946	-	1.732	497
Registro	1.946	-	1.728	497
Admissão	889	-	1.015	302
Aposentadoria	861	-	519	158
Pensão	135	-	60	16
Reforma	28	-	18	7
Transferência para reserva	31	-	33	7
Revisão de proventos	1	-	12	-
Retificação de ato	-	-	-	-
Reexame de decisão	-	-	-	-
Devolver à origem	-	-	18	2
Outras	1	-	53	5
Denegar registro	-	-	4	-
Demais decisões	247	138	77	88
Converter Tomada de Contas Especial e citar	-	3	1	4
Rejeitar alegações na fase prévia (art. 157, §3º)	-	2	1	-
Citação / notificação	-	30	3	5
Notificar / citar por edital	3	1	-	-
Realizar Fiscalização	-	2	-	-
Instaurar / Complementar Tomada de Contas Espec.	3	1	-	1
Diligência interna / externa	-	-	-	-
Revelia	5	4	7	-
Dar ciência do Rel. de Gestão Fiscal e/ou RREO	-	-	-	-
Ratificar / Deferir Medida Cautelar	-	1	-	2
Ratificar / Indeferir Medida Cautelar	-	9	2	2
Revogar Medida Cautelar	-	1	-	-
Sobrestar julgamento / apreciação	-	1	-	1
Submeter ao Plenário (incidente inconst., art. 16, § 3º, etc)	-	-	3	-
Alerta	58	10	11	25
Consulta - não conhecer	7	-	-	-
Conceder efeito suspensivo a recurso (Reexame, Agravo)	-	-	-	-
Não conceder efeito suspensivo a recurso	-	-	-	-
Deferir parcelamento	3	2	3	-
Outras	168	71	46	48
Total	2.193	138	1.809	585

Resultados dos Pareceres Prévios	2º trim 2014	2º trim 2015		
		Plenário	1ª Câmara	2ª Câmara
Prestação de Contas	27	5	6	4
Parecer pela aprovação	9	2	3	4
Parecer pela aprovação com ressalva	14	3	1	-
Parecer pela rejeição	4	-	2	-
Reformular parecer - aprovação	-	-	-	-
Reformular parecer - rejeição	-	-	-	-
Contas ilíquidáveis	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-

Recursos	3	10	-	-
Negar provimento - aprovação	-	-	-	-
Negar provimento – aprovação com ressalvas	-	1	-	-
Negar provimento - rejeição	-	1	-	-
Provimento - reformular parecer - aprovação	3	4	-	-
Provimento - reformular parecer – aprovação com ressalva	-	2	-	-
Provimento - anular parecer	-	-	-	-
Provimento - reformular parecer - rejeição	-	-	-	-
Provimento parcial - rejeição	-	2	-	-
Provimento parcial - aprovação	-	-	-	-
Não conhecer	-	-	-	-
Negar seguimento - excluir atos de gestão - aprovação	-	-	-	-
Negar seguimento - reformular p/ excluir irregularidades - rejeição	-	-	-	-
Perda do objeto	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Total	30	15	6	4

Parecer em Consulta		
Nº	Interessado	Ementa
003	Assembleia Legislativa	1) auxílio funeral e pecúlio não podem ser considerados como benefícios previdenciários e custeados pelo regime próprio de previdência social – incompatibilidade com os termos da lei nº 9717/98 – 2) pecúlio e auxílio funeral podem ser pagos com recursos previstos no orçamento da assembleia legislativa até sua completa extinção – 3) o ipde não pode ser enquadrado como regime próprio de previdência social, não incidindo a vedação do artigo 40, §20, da constituição federal – 4) a partir da edição da lei nº 4541/91, os atos concessivos de pensões estão sujeitos à análise e registro pelo tribunal de contas do estado, na forma do disposto no art. 71, inciso iii, da constituição federal – tendo em vista o lapso temporal de 20 anos, deve ser dado efeito prospectivo a esse entendimento, de forma que apenas as pensões concedidas a partir desta consulta sejam encaminhadas a esta corte de contas.
004	C. Castelo (Pedro Valani da Cruz)	A) possibilidade de doação de imóveis públicos municipais para pessoas jurídicas de direito privado através de programas e políticas de desenvolvimento – b) deve haver expressa previsão em lei municipal – requisitos: interesse público justificado, avaliação prévia, autorização legislativa, desafetação e licitação na modalidade concorrência – necessidade de observância dos princípios constitucionais administrativos, previstos no caput do artigo 37, e eventuais proibições decorrentes de ano eleitoral – ressalta-se ser mais adequado ao interesse público os institutos da concessão de direito real de uso e doação com encargos – c) possibilidade de se retirar cláusula de retrocessão das doações efetivadas pelo município – admite-se que os municípios legislem, autonomamente, sobre a matéria – d) impossibilidade de retirada da cláusula de reversão, por lei municipal, nas doações com encargos – os municípios não podem legislar de forma diversa do que a união legislou.

005	Instituto de Previdência dos Servidores do Município da Serra (Alexandre Camilo Fernandes Viana)	Procedimentos aplicáveis na contabilização das variações patrimoniais e nas operações ocorridas nos fundos de investimento dos regimes próprios de previdência social - a) cada fato contábil deve ser contabilizado no momento do seu fato gerador – orçamentariamente, na data da arrecadação – contabilmente, no final de cada mês – b) as variações positivas devem ser contabilizadas como variação patrimonial aumentativa – as variações negativas devem ser contabilizadas como variação patrimonial diminutiva – os ganhos auferidos com a carteira de investimento do rpps serão contabilizados como variações patrimoniais aumentativas e as perdas como variações patrimoniais diminutivas – c) as variações ocorridas devem ser registradas contabilmente pelo ente ao final de cada mês e na data de resgate da aplicação – orçamentariamente quando no momento da efetiva arrecadação da receita.
006	Ministério Público do Estado do Espírito Santo (Elda Márcia Moraes Spedo)	Adesão à atas de registro de preços – possibilidade: necessidade de observância ao quantitativo máximo previsto no edital – revogar parecer em consulta tc-10/2012.

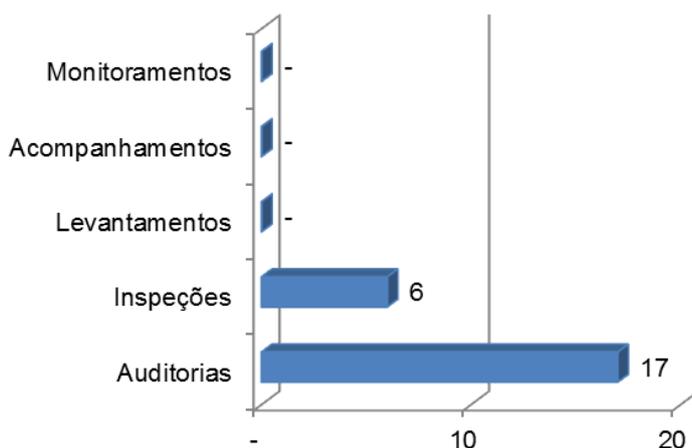
Resoluções		
Nº	Ementa	Data da publicação
285	Altera a Resolução TC 273/2014, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados na análise técnica das tomadas ou prestações de contas anuais apresentadas ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, e dá outras providências.	05/05/2015
286	Dispõe sobre a concessão, aplicação e comprovação de suprimento de fundos no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.	05/05/2015
287	Aprova o Manual de Auditoria de Conformidade do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.	05/05/2015
288	Dispõe sobre a celebração de convênios e instrumentos congêneres no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.	12/05/2015
Total		4

3.3 AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

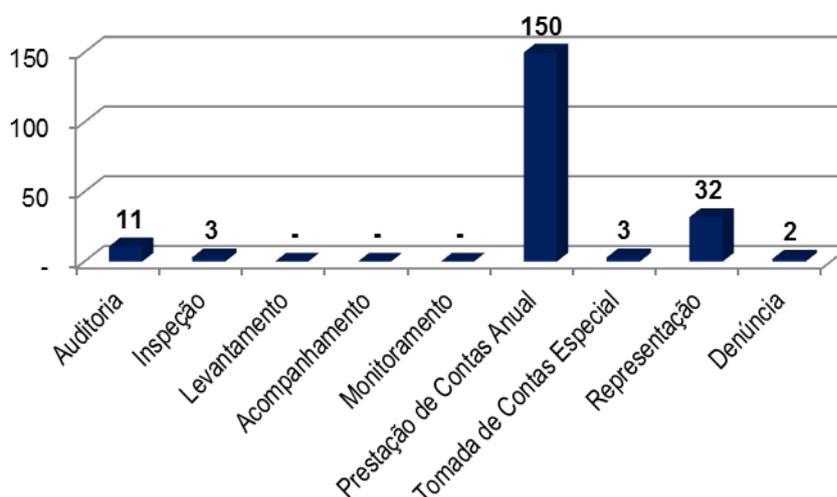
As ações de controle externo a serem realizadas pelo TCEES sejam de iniciativa externa (denúncias, representações etc.) ou de iniciativa interna/própria, estão discriminadas no seu Plano Anual de Fiscalização (PAF), que é um instrumento de planejamento das ações de fiscalização do Tribunal de Contas, elaborado pela Secretaria Geral de Controle Externo – Segex e aprovado em Plenário.

O procedimento de auditoria, principal instrumento utilizado nas ações de controle externo, é composto por três etapas: o planejamento, a execução in loco e a elaboração do relatório, etapas essas precedidas pela elaboração de um Plano de Fiscalização específico.

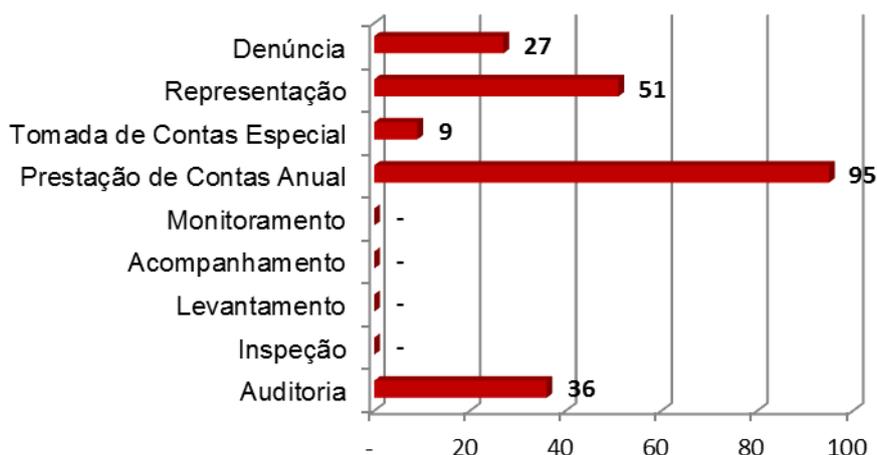
Fiscalizações



Instruções Técnicas Iniciais



Instruções Técnicas Conclusivas



ANÁLISE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

	2º trim 2014	2º trim 2015
Relatórios técnicos contábeis (RTC)	159	128
Instrução contábil conclusiva (ICC)	49	49
Análise Inicial de conformidade (AIC)	4	105
Total	212	282

ATOS SUJEITOS A REGISTRO

	2º trim 2014	2º trim 2015
Atos concessórios (aposentadoria, pensão, reserva e reforma)	1.654	606
Atos admissionais	979	685
Outros	12	19
Total	2.645	1.310

RECURSO, REVISÃO E CONSULTA

	2º trim 2014	2º trim 2015
Orientação Técnica de Consulta	13	16
Instrução Técnica de Recurso	32	29
Instrução Técnica de Revisão	-	-
Instrução Técnica de Defesa	-	3
Instrução Técnica em Estudos de Casos Especiais	-	-
Total	45	48

OUTRAS INSTRUÇÕES E MANIFESTAÇÕES TÉCNICAS	2º trim 2014	2º trim 2015
RREO	70	91
RGF	16	31
PPA	5	-
LDO	8	8
LOA	11	8
Prestações de Contas Bimestrais	298	483
Análise de Edital	-	-
Comunicação de Tomada de Contas Especial	7	16
Instrução Preliminar - Medidas Cautelares	43	42
Instrução Técnica de Monitoramento Fiscal – ITMF	-	1
Manifestação Técnica de Chefia	-	27
Manifestação Técnica de Defesa	2	13
Manifestação Técnica de Recurso e de Revisão	-	-
Manifestação Técnica em Defesa Oral	-	-
Outras	378	528
Total	838	1.248

3.4 COMISSÕES TÉCNICAS INSTITUÍDAS

Portaria N Nº	Comissão instituída	Data de publicação no DOEL-TCEES
42	Comissão Técnica responsável pela análise das demonstrações contábeis, das demais peças da Prestação de Contas Anual e de eventuais relatórios resultantes de procedimentos fiscalizatórios sob a responsabilidade do Governador do Estado do Espírito Santo, referente ao exercício financeiro de 2015	12/05/15
48	Comissão Técnica para realização de testes e homologação no sistema e ferramentas afetas ao módulo de Processo Eletrônico, integrante do Programa e-TCEES	26/05/15
49	Comissão Técnica do projeto “Orçamento 2016”	01/06/15
50	Comissão de avaliação do servidor em estágio probatório	22/06/15

ATIVIDADES DE GESTÃO

4.1 GESTÃO DE PESSOAS

O quadro geral de ocupação do TCEES está distribuído conforme tabelas abaixo:

Cargo	Ocupados	Disponíveis	Total
Conselheiro	7	-	7
Auditor	4	-	4
Procurador Especial de Contas	3	-	3
Cargos efetivos	290	-	290
Auditor de Controle Externo	236	-	236
Assistente Técnico	15	-	15
Auxiliar de Serviços	17	-	17
Analista Administrativo	22	-	22
Cargos de Gabinete	68	9	77
Cargos comissionados	187	-	187
Chefias	26	-	26
Assessoramento	161	-	161
Total	559	9	568

Estabilizados	13
Efetivos de outros órgãos ocupando cargo comissionado	10
Efetivos do TCEES ocupando cargo comissionado	36

Estagiários	2º trim 2015
Nível superior	65
Nível médio	41
Total	106

Informações mais detalhadas sobre Gestão de Pessoas estão disponíveis no portal www.tce.es.gov.br, na sessão Transparência, Gestão de Pessoas.

GESTÃO DO CONHECIMENTO

Resultados da capacitação	2º trim 2014	2º trim 2015
Eventos	43	78
Eventos para servidores do TCEES	43	48
<i>Interno (promovido pelo TCEES)</i>	11	18
<i>Externo (promovido por outras instituições)</i>	21	14
<i>Iniciativa do servidor</i>	3	2
<i>Outros eventos</i>	8	14
Eventos para jurisdicionados TCEES (Presencial)	-	8
Eventos para jurisdicionados TCEES (EAD)	-	22
Pessoas capacitadas	404	7.111
Servidores e membros do TCEES	404	421
Jurisdicionados (Presencial)	-	372
Jurisdicionados (EAD)	-	6.318
Horas de capacitação	4.466	1.602
Servidores e membros do TCEES	4.466	1.047
Jurisdicionados (Presencial)	-	54
Jurisdicionados (EAD)	-	501

A capacitação também acontece por meio do acervo disponível na Biblioteca, que atualmente conta com **21.407** itens, disponível tanto para os seus servidores quanto para servidores de jurisdicionados e público externo em geral.

4.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O orçamento do TCEES para o exercício de 2015 apresentou dotação orçamentária inicial de R\$ 153.411.096,00, sendo R\$ 153.381.096,00 em recursos ordinários de caixa do tesouro e R\$ 30.000,00 de recursos vinculados do tesouro referente a convênio com a União.

A distribuição segundo a natureza da despesa está indicada na tabela a seguir, com a posição em 30/06/15.

(valores em R\$)

Grupo de natureza da despesa	Dotação Inicial	Dotação atualizada ⁽¹⁾	Empenhado ⁽¹⁾	Liquidado ⁽¹⁾	Pago ⁽¹⁾
Despesas correntes	147.380.804,00	147.380.804,00	112.453.326,51	61.112.921,91	60.676.317,18
Pessoal	125.444.046,00	125.504.046,00	98.554.536,27	54.037.086,67	53.640.956,36
Pessoal - Ativo	109.444.046,00	109.504.046,00	98.554.536,27	54.037.086,67	53.640.956,36
Pessoal - Inativo ⁽²⁾	16.000.000,00	16.000.000,00	-	-	-
Outras despesas correntes (custeio)	21.936.758,00	21.876.758,00	13.898.790,24	7.075.835,24	7.035.360,82
Despesa de capital (investimento)	6.030.292,00	6.030.292,00	78.241,88	44.699,74	44.149,74
Total Geral	153.411.096,00	153.411.096,00	112.531.568,39	61.157.621,65	60.720.466,92
Total Disponível⁽³⁾	137.411.096,00	137.411.096,00			

(1) Valores acumulados no ano, até o trimestre em análise.

(2) Dotação orçamentária referente a contribuições previdenciárias ao regime próprio de previdência, bloqueada pela Secretaria de Estado da Economia e Planejamento, em atendimento art. 10 da Lei nº 10.347/15 (LOA).

(3) Desconsiderado, do total, o valor da despesa com pessoal inativo.

Informações mais detalhadas sobre as despesas realizadas estão disponíveis no portal www.tce.es.gov.br, na sessão Transparência, Execução Orçamentária e Financeira.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A apuração do limite de gasto com pessoal está resumida na tabela a seguir e detalhada no Relatório de Gestão Fiscal do TCEES, disponível no portal www.tce.es.gov.br.

(valores em R\$)

Descrição	Mai/14 a Abril/2015
Despesa com pessoal para fins de apuração do limite – R\$	99.733.855,04
Receita Corrente Líquida – R\$	11.756.086.711,32
Limite apurado – %	0,848
Limite máximo – 1,300 %	152.829.127,25
Limite prudencial – 1,235 %	145.187.670,88
Limite de alerta – 1,170 %	137.546.214,52

Fonte: RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”)

4.3 SERVIÇOS GERAIS

As atividades do Núcleo de Obras e Manutenção - NOM no 2º trimestre foram:

- Acompanhamento/Conclusão do projeto hidrossanitário contratado no período anterior;
- Acompanhamento/Conclusão do projeto de Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas – SPDA contratado no período anterior;
- Acompanhamento/Conclusão do projeto estrutural de reforma dos banheiros contratado no período anterior;
- Acompanhamento/ajustes no projeto em análise na PMV de reforma dos banheiros e construção dos vestiários;
- Projeto básico para contratação da execução do Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas – SPDA;
- Projeto de construção de nova copa;
- Projeto de saída de emergência do auditório, conforme exigência do CBMES;
- Projeto de estacionamento para motos;
- Projeto de adequação de interruptores do prédio;
- Projeto básico/cotações para a modernização dos elevadores;
- Projeto básico/cotações para a instalação dos aparelhos de ar condicionado do auditório;
- Aquisição de aparelhos de ar condicionado para o CPD da STI;
- Estudo de Projeto de sala segura para STI nos fundos do auditório;
- Contratação da instalação de barras antipânico para as portas do auditório, conforme exigência do CBMES;
- Projeto, contratação e acompanhamento da execução de readequação de divisórias no NCD e de construção de sala de reunião na 3ª SAD;
- Projetos de adequação de leiautes conforme solicitações;
- Acompanhamento do contrato de manutenção dos elevadores;
- Acompanhamento do contrato de manutenção dos aparelhos de ar condicionado;
- Atendimento das solicitações de serviços de manutenção predial.

4.4 GESTÃO DOCUMENTAL

Controle documental	2º trim 2014	2º trim 2015
Correspondências expedidas	3.186	5.089
Correspondências recebidas	4.247	4.518
Nº de processos arquivados	343	1.128
Nº de processos autuados	3.681	3.138
Processos de Pessoal do TCEES	7	4
Processos Administrativos do TCEES	96	115
Processos de Controle Externo	3.578	3.019

4.5 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A comunicação institucional do TCEES tem como foco a promoção do intercâmbio de informações, dentro do Tribunal e entre o Órgão e a sociedade, de forma a viabilizar a construção e a manutenção da imagem corporativa.

O Tribunal mantém instrumentos destinados à divulgação interna e externa das atribuições e dos resultados de suas ações, de formas compreensíveis para servidores, jurisdicionados e cidadãos, visando a efetividade e a eficiência da comunicação.

Canais de comunicação externa	
Portal TCEES	Meio de divulgação de informações e serviços pela internet, por meio do endereço www.tce.es.gov.br .
Informativo Acontece	Boletim informativo com periodicidade bimestral, enviado para órgãos jurisdicionados, Tribunais de Contas, faculdades estaduais (curso de Direito e Administração), jornalistas, órgãos representantes dos Tribunais e servidores do TCEES.
Responsabilidade Social	“Ética e transparência” e “Responsabilidade Sustentável” são valores preconizados pelo TCEES. Com gestão ética e transparente, a instituição tem diversas iniciativas que reforçam seu compromisso com uma sociedade mais justa: apresentações diversas do Coral de Contas - formado por servidores da casa - em instituições filantrópicas e terminais rodoviários da Grande Vitória; campanhas solidárias e empréstimo do auditório da Escola de Contas Públicas (ECP).

Canais de comunicação interna	
Intranet	Rede interna do TCEES, acessível exclusivamente aos servidores, que podem obter instantaneamente informações sobre o Tribunal de Contas, seu corpo funcional e eventos de capacitação.
Na Sessão	Informativo online, enviado semanalmente, por email, aos servidores do TCEES, com o resumo dos processos julgados/apreciados em Plenário.
Notícias no Ponto	Jornal mural semanal afixado em seis pontos estratégicos. Enfoca assuntos relacionados à saúde e bem-estar, à etiqueta social e profissional, à rotina corporativa e às características dos servidores.

Principais atividades de comunicação	2º trim 2014	2º trim 2015
Atendimentos a jornalistas	119	128
Jornalistas recebidos no TCEES	83	8
Entrevistas coletivas	1	-
<i>Releases</i> enviados à imprensa	48	87
Edições do "Na Sessão"	9	10
Publicações especiais	1	-
Textos institucionais elaborados	3	-
Remessa do Informativo <i>Acontece</i>	2.000	3.000
Notícias inseridas no Portal TCEES	48	87
Notícias inseridas na Intranet	20	20
Campanhas internas realizadas	4	4
Campanhas solidárias realizadas	1	-
Diário oficial eletrônico	47	57

4.6 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

As principais atividades da área de tecnologia de informação, no 2º trimestre, foram:

Evolução da Tecnologia da Informação	2º trim 2014	2º trim 2015
Estações de trabalho	593	565
Servidores com acesso aos recursos da rede	640	655
Sistemas em desenvolvimento e/ou em implantação	4	7
Sistemas em funcionamento	31	38
Desenvolvidos pela STI	21	26
Adquiridos de terceiros	10	12

Dos sistemas em funcionamento que são desenvolvidos pelos técnicos do Tribunal, destacam-se os relacionados ao suporte para o controle externo.

Sistemas de suporte ao controle externo	Descrição
Sistema LRF Web	Visa receber e tratar os dados referentes às informações sobre a execução orçamentária e a gestão fiscal, na esfera municipal da administração pública, para fins de verificação dos pontos de controle relacionados à Lei de Responsabilidade Fiscal.
Controle Informatizado de Dados do Espírito Santo - CIDADES-WEB	Sistema de remessa ao TCEES, por meio da internet, dos dados da abertura do exercício, da prestação de contas bimestral e informações adicionais das entidades municipais da administração direta e indireta regidas pela Lei Federal nº 4.320/64.
Sistema Informatizado de Controle de Obras Públicas – GEO-OBAS	Sistema de informações geográficas que visa receber os dados referentes à execução físico-financeira das obras públicas executadas em todos os órgãos das esferas estadual e municipais.
Módulo de Monitoramento de Decisões do e-TCEES	Sistema que permitirá à área técnica do TCEES a verificação, por meio de monitoramento, do cumprimento das determinações e recomendações expedidas pelo TCEES e dos resultados delas advindos.
Banco de Achados	Sistema que disponibiliza aos auditores do TCEES a consulta e o cadastramento de informações e artigos atinentes a cada achado de auditoria (critério, texto para o relatório de auditoria, possíveis recomendações e determinações, posicionamento técnico conclusivo, entendimento do plenário e das câmaras do TCEES, de outros Tribunais, e entendimentos doutrinários).

4.7 CONTROLE INTERNO

O Núcleo de Controle Interno (NCI), instituído por meio da Resolução TC N.º 223/2010, é uma unidade vinculada diretamente à Presidência, a qual compete o planejamento, a coordenação e a execução das ações relacionadas ao controle interno do TCEES.

Nesse 2º trimestre, o NCI destaca:

- Principais atividades:
 - ✓ Acompanhamento e orientação dos trabalhos das unidades setoriais na elaboração dos sistemas administrativos previstos no plano de ação de implementação do Sistema de Controle Interno;
 - ✓ Avaliação do Relatório de Gestão Fiscal;
 - ✓ Atendimento de consultas realizadas pelos jurisdicionados municipais;
 - ✓ Revisão de normas de procedimentos apresentadas a este setor pelas unidades setoriais de controle com base na metodologia BPM (Business Process Management), segundo padronizações definidas pela ABPMP (Association of Business Process Management Professionals) utilizando a ferramenta Bizagi Process Modeler.

- Participação em Conselhos/Grupos de trabalho, conferências e treinamentos:
 - ✓ Participação na Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Controle Interno - CECI;
 - ✓ Participação na Reunião do Conselho Estadual de Transparência Pública e Combate à Corrupção.

- Reuniões realizadas com o Núcleo de Controle Interno/Controladoria Geral Técnica e jurisdicionados – Implantação dos Sistemas de Controle Interno previsto na Resolução TC 227/2011:
 - ✓ Prefeitura Municipal de Brejetuba;
 - ✓ Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves.

- Revisão de Normas Internas:
 - ✓ Publicação da norma de procedimentos de elaboração da Proposta Orçamentária Anual – SPO01/2015;
 - ✓ Edição do comunicado de orientação NCI 01/2015;
 - ✓ Revisão da minuta da Norma Interna de Procedimentos para Gestão de Suprimento de Fundos.

4.8 GESTÃO DA ESTRATÉGIA

Destacam-se abaixo, as principais atividades desenvolvidas pelo NPP, no 2º trimestre de 2015:

- Acompanhamento dos Projetos constantes no Plano de Ação 2015, conforme Decisão Plenária TC-02/2015;
- Reuniões com as equipes dos projetos priorizados;
- Gestão do processo de contratação de Assessoria Técnica para o Planejamento Estratégico 2016-2020;
- Elaboração de relatório de atividade do 1º trimestre de 2015;
- Coordenação da aplicação do questionário MMD-QATC da Atricon (Associação dos Conselheiros dos Tribunais de Contas) no âmbito do TCEES (Portaria N nº 039/2015);
- Coordenação do processo de construção da proposta orçamentária 2016 e do PPA 2016-2019 (Projeto “Orçamento 2016” – Portaria N nº 049/2015).

Projetos iniciados no trimestre			
Mês	Projeto	Portaria N	Descrição
Abril	Avaliação MMD-QATC no TCEES	Nº 039	Realizar a autoavaliação do TCEES com base no MMD-QATC da Atricon.
Maio	Orçamento 2016	Nº 049	Elaborar a proposta orçamentária anual do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo para o exercício de 2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TC

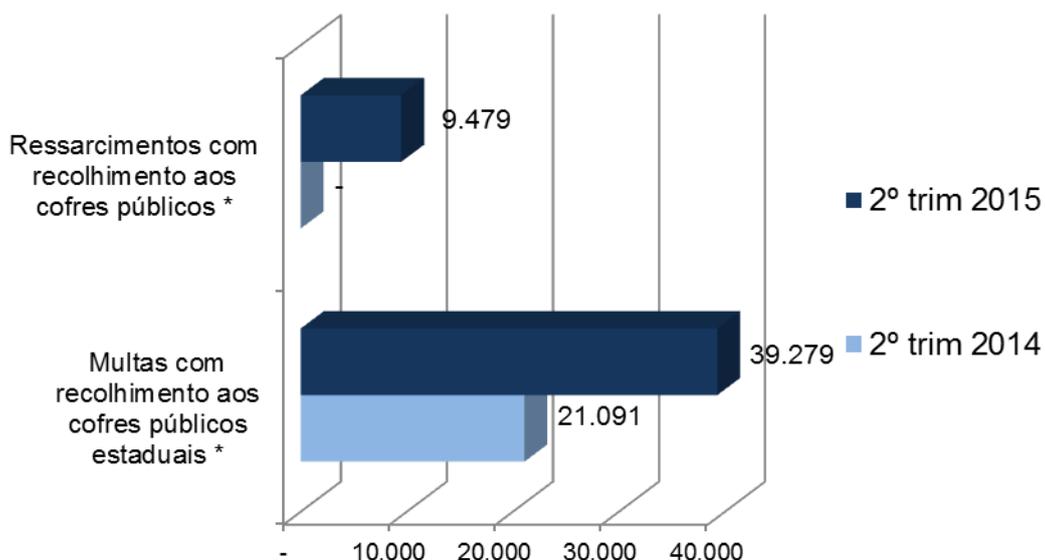
O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas é um órgão autônomo e independente, cuja finalidade principal é a defesa da ordem jurídica no âmbito de atuação do TCEES, representando contra a ilegitimidade ou irregularidade de qualquer despesa.

Atividades	2º trim 2014	2º trim 2015
Processos distribuídos	2.822	2.235
Pareceres emitidos	2.804	2.463
Termos de atualização de valores a cobrar	27	47
Termos de verificação de valores pagos	11	23
Novas cobranças cadastradas no sistema	9	22

R\$

Montante de multas e ressarcimentos com recolhimento comprovado pelo TCEES	2º trim 2014	2º trim 2015
Multas com recolhimento aos cofres públicos estaduais *	21.091,21	39.278,51
Ressarcimentos com recolhimento aos cofres públicos *	-	9.478,78
Total	21.091,21	48.757,29

* Informações sujeitas a atualizações, de acordo com a comprovação de pagamento encaminhada ao TCEES.



CORREGEDORIA

A Corregedoria do Tribunal de Contas, criada por meio da Lei Complementar nº 549, de 16 de abril de 2010, tem como Corregedor o Conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto (biênio 2014/2015).

Em atendimento ao art. 22 do Regimento Interno desta Corte de Contas (aprovado pela Resolução TC Nº 261, de 04 de junho de 2013), a Corregedoria Geral procedeu ao processamento dos procedimentos disciplinares listados a seguir:

Nº Processo	Assunto	Entrada	Situação
11570/2014	Comissão Técnica	12/03/2015	Em andamento na Corregedoria
3377/2015	Representação	26/03/2015	Encaminhado ao CEDOC
2421/2015	Pessoal Sindicância	04/03/2015	Encaminhado ao GAP
3381/2015	Encaminhamento	27/03/2015	Encaminhado a Comissão P. Sindicância

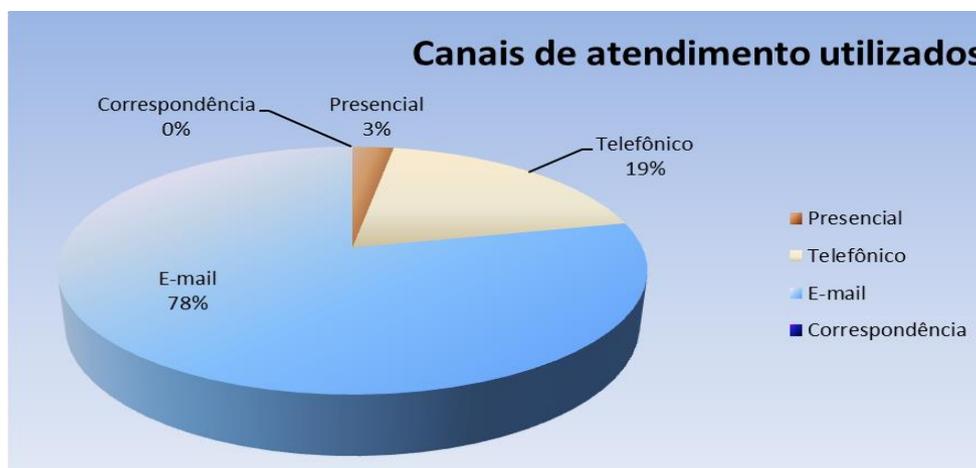
A comissão de Ética dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo realizou no período 01 (uma) reunião de apreciação de demanda ética com elaboração de parecer ético, em cumprimento ao disposto no Código de Ética profissional.

OUVIDORIA

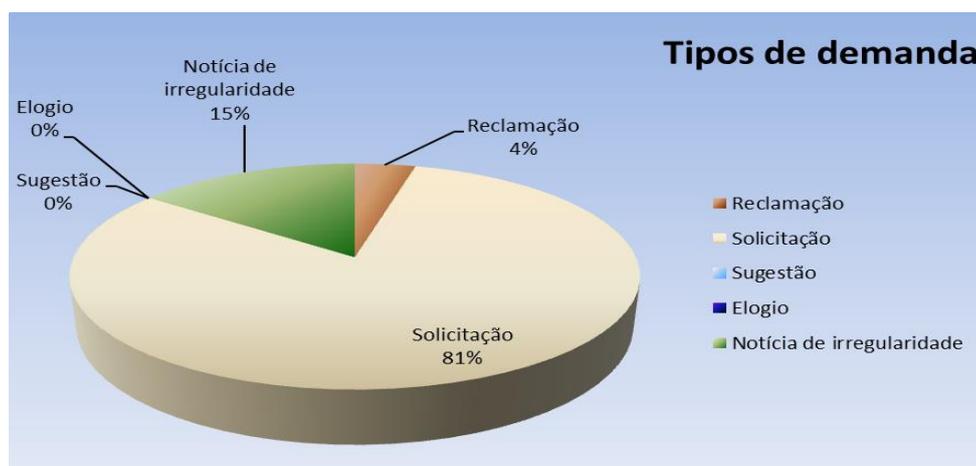
A Ouvidoria, prevista no art. 7º do Regimento Interno desta Corte de Contas, tem como Ouvidor o Sr. Conselheiro José Antônio Pimentel.

No 2º trimestre de 2015, no desempenho de suas atividades, a Ouvidoria recebeu o total de **74 demandas**, provenientes de entidades jurisdicionadas, servidores públicos e demais cidadãos.

O canal mais utilizado pela população, para envio de suas manifestações, foi o **e-mail**, conforme informa o gráfico abaixo:



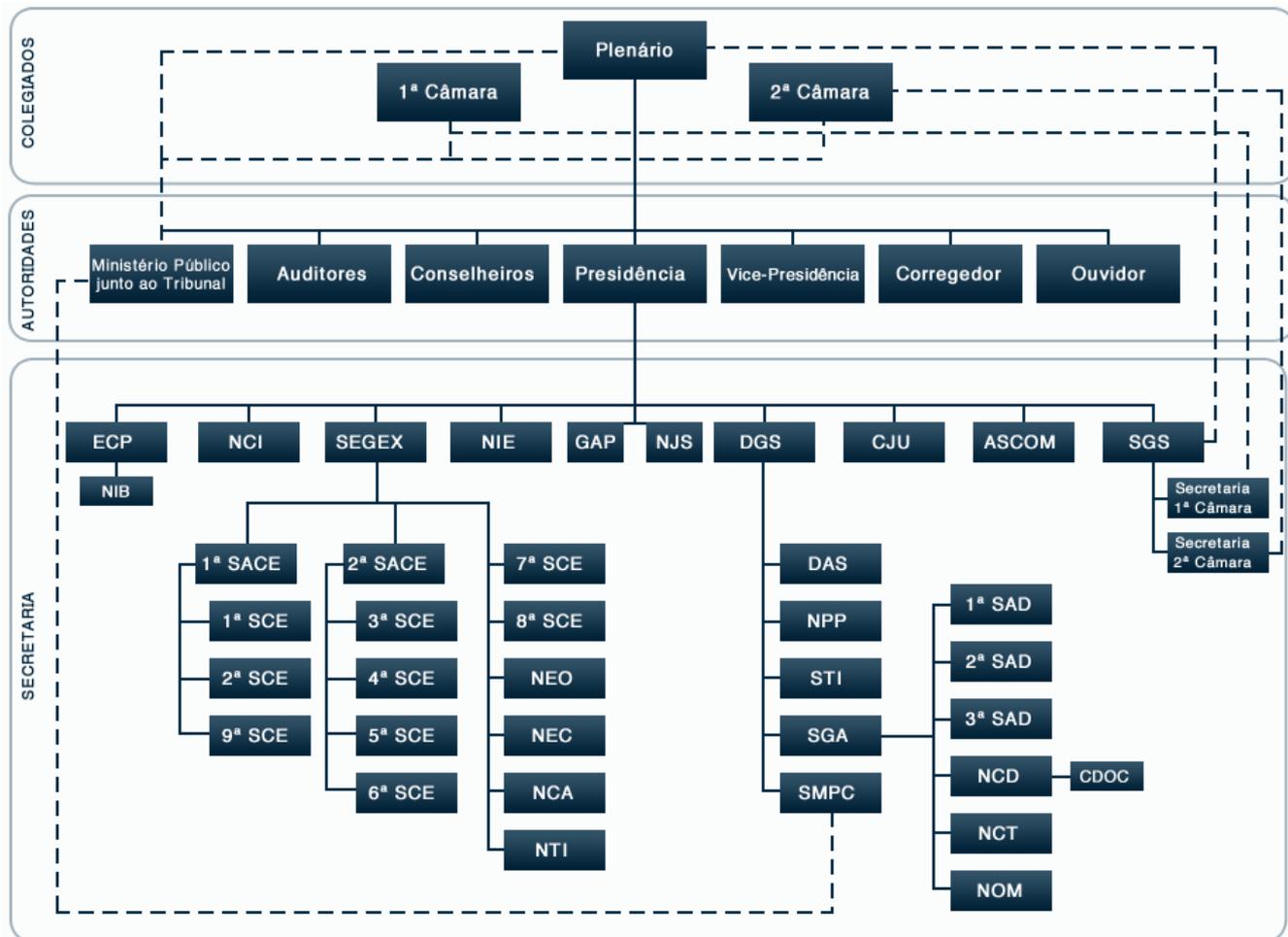
Quanto à tipologia, considerando a classificação adotada de acordo com o art. 19 da Resolução TC nº 274/2014, a "**Solicitação**" foi a mais utilizada:



Também nesse 2º trimestre, tivemos a implantação do *link* de acesso à Ouvidoria, no Portal do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo para o recebimento de demandas.

ANEXOS

Estrutura Organizacional do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo



Nomenclatura/sigla das unidades

Descrição	Sigla
Escola de Contas Pública	ECP
Núcleo de Informações Bibliográficas	NIB
Núcleo de Controle Interno	NCI
Núcleo de Informações Estratégicas	NIE
Gabinete da Presidência	GAP
Diretoria Geral de Secretaria	DGS
Diretoria Adjunta de Secretaria	DAS
Núcleo de Planejamento e Projetos	NPP
Secretaria de Tecnologia da Informação	STI
Secretaria Geral Administrativa	SGA
1ª Secretaria Administrativa	1ª SAD
2ª Secretaria Administrativa	2ª SAD
3ª Secretaria Administrativa	3ª SAD
Secretaria do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas	SMPC
Núcleo de Controle de Documentos	NCD
Centro de Documentação e Arquivo	CDOC
Núcleo de Contratações	NCT
Núcleo de Obras e Manutenção	NOM
Consultoria Jurídica	CJU
Assessoria de Comunicação	ASCOM
Secretaria Geral das Sessões	SGS
Secretaria Geral de Controle Externo	SEGEX
1ª Secretaria Adjunta de Controle Externo	1ª SACE
2ª Secretaria Adjunta de Controle Externo	2ª SACE
1ª Secretaria de Controle Externo	1ª SCE
2ª Secretaria de Controle Externo	2ª SCE
3ª Secretaria de Controle Externo	3ª SCE
4ª Secretaria de Controle Externo	4ª SCE
5ª Secretaria de Controle Externo	5ª SCE
6ª Secretaria de Controle Externo	6ª SCE
7ª Secretaria de Controle Externo	7ª SCE
8ª Secretaria de Controle Externo	8ª SCE
9ª Secretaria de Controle Externo	9ª SCE
Núcleo de Engenharia e Obras Públicas	NEO
Núcleo de Estudos Técnicos e Análises Conclusivas	NEC
Núcleo de Cautelares	NCA
Núcleo de Jurisprudência e Súmula	NJS
Núcleo de Tecnologia da Informação	NTI



www.tce.es.gov.br

Rua José Alexandre Buaiz, 157
Enseada do Suá - Vitória - ES
CEP: 29050-913
Tel.:(27) 3334-7600

TCEES

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO